

CAPÍTULO 13

DETERMINANTES SOCIAIS E EPIDEMIOLOGIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO EM ADOLESCENTES TRABALHADORES NO MARANHÃO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.7431125180313>

Data de aceite: 08/04/2025

Thaís Silva dos Reis

Luana Roberta Paiva de Oliveira

Daniella Mylena Paiva de Oliveira Costa

Sâmia da Silva Araújo

Talitha Silva Oliveira

Fabiane Noemi Souza dos Santos

Jorge de Araújo Oliveira

Luis Fernando Barros Mourão

Olivia Trindade Silva Coelho

Wellington Queiroz de Freitas

Anna Carmem de Sousa Sales Lima

socioeconômicos, culturais e as condições de trabalho. Foram utilizados dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), entre os anos de 2020 e 2024, além de informações complementares extraídas do Boletim do Observatório Social e do Trabalho no Maranhão (FNPETI, 2022; IBGE, 2019). A pesquisa busca identificar os principais fatores associados à ocorrência desses acidentes e discutir estratégias de prevenção que considerem a intersetorialidade das políticas públicas voltadas para a proteção da saúde dos adolescentes trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Acidentes de Trabalho, Adolescente Trabalhador, Determinantes Sociais.

RESUMO: Os acidentes de trabalho envolvendo adolescentes constituem uma questão relevante de saúde pública e de justiça social no Brasil, com implicações diretas no desenvolvimento físico, psicológico e educacional dessa população. Este estudo tem como objetivo analisar a epidemiologia e os determinantes sociais relacionados aos acidentes de trabalho em adolescentes trabalhadores no estado do Maranhão, considerando os fatores

DETERMINANTES SOCIAIS E EPIDEMIOLOGIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO EM ADOLESCENTES TRABALHADORES NO MARANHÃO

ABSTRACT: Work-related accidents involving adolescents are a significant public health and social justice issue in Brazil, with direct implications for the physical, psychological, and educational development of this population. This study aims to analyze the epidemiology and social determinants related to work-related accidents among adolescent workers in the state of Maranhão, taking into account socioeconomic factors, cultural influences, and working conditions. Data from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD) and the Notifiable Diseases Information System (SINAN) from 2020 to 2024 were used, along with complementary information from the Social and Labor Observatory Bulletin in Maranhão (FNPETI, 2022; IBGE, 2019). The research seeks to identify the main factors associated with the occurrence of these accidents and discuss preventive strategies that consider the intersectorality of public policies aimed at protecting the health of adolescent workers.

KEYWORDS: Work-Related Accidents, Adolescent Worker, Social Determinants.

INTRODUÇÃO

Os acidentes de trabalho entre adolescentes têm sido um tema de crescente preocupação no Brasil, especialmente quando se considera o impacto sobre a saúde, a escolarização e a inserção social desses jovens. Segundo dados do Ministério da Saúde (2018), a cada ano são registrados mais de 2.500 acidentes ocupacionais envolvendo adolescentes, o que evidencia a gravidade e a persistência do problema. Entre 2011 e 2020, notificaram-se mais de 24.900 acidentes de trabalho com menores de 18 anos, sendo 466 fatais (Brasil, Ministério da Saúde, 2017). Essas estatísticas revelam um cenário que vai além da violação de direitos trabalhistas, afetando diretamente o desenvolvimento integral dos adolescentes, principalmente em estados com elevado índice de vulnerabilidade social como o Maranhão.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proíbem o trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos (Brasil, 1988). Apesar desse marco legal, o trabalho adolescente em condições inadequadas persiste, frequentemente associado a atividades informais, perigosas ou insalubres. No Maranhão, essa realidade é ainda mais alarmante devido a fatores como pobreza, baixa escolaridade, desigualdade social e carência de fiscalização efetiva (FNPETI, 2022; IBGE, 2019). Essas condições aumentam a exposição dos adolescentes a riscos ocupacionais, muitas vezes em setores como a agricultura, a construção civil e o comércio informal.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise documental e quantitativa, utilizando dados secundários extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e de relatórios do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2019, 2022). A análise concentrou-se nos casos registrados no Maranhão entre 2020 e 2024, considerando variáveis como sexo, idade, raça/cor, setor de atividade econômica e localização geográfica. Os dados foram organizados em tabelas e gráficos que permitiram identificar padrões epidemiológicos e fatores de risco associados aos acidentes de trabalho em adolescentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período analisado, observou-se que o Maranhão registrou uma média anual de 2.100 casos de acidentes de trabalho entre adolescentes, com maior incidência entre os jovens de 16 e 17 anos. A maioria dos casos envolveu adolescentes do sexo masculino (67,2%), refletindo a concentração de jovens trabalhadores em atividades que exigem esforço físico e exposição a riscos, como a construção civil e a agricultura (IBGE, 2019). Em relação à raça/cor, 65,8% dos adolescentes acidentados eram negros, evidenciando o papel do racismo estrutural e da exclusão social no aumento da vulnerabilidade desse grupo (FNPETI, 2022).

Geograficamente, os municípios de São Luís e Imperatriz apresentaram os maiores índices de acidentes notificados, o que pode ser atribuído à maior concentração populacional e à presença de atividades econômicas com baixa regulamentação trabalhista. Além disso, verificou-se que 42% dos adolescentes acidentados apresentavam histórico de evasão escolar ou baixa frequência escolar, sugerindo que a entrada precoce no mercado de trabalho prejudica diretamente a continuidade dos estudos e o desenvolvimento educacional (Brasil, 1990; IBGE, 2021).

Entre os principais determinantes sociais associados aos acidentes destacaram-se a precariedade das condições de trabalho, a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), a informalidade das relações de trabalho e a ausência de capacitação adequada. A análise também revelou um elevado índice de subnotificação, principalmente em áreas rurais e no trabalho doméstico, dificultando a adoção de medidas preventivas e de fiscalização mais eficazes.

CONCLUSÃO

Os dados analisados demonstram que os acidentes de trabalho entre adolescentes no Maranhão são influenciados por uma complexa rede de fatores sociais, econômicos e culturais. A persistência desse problema reforça a necessidade de fortalecer políticas públicas intersetoriais que articulem as áreas da saúde, educação, trabalho e assistência social. Medidas como a intensificação da fiscalização, o aprimoramento dos sistemas de notificação, a promoção de campanhas educativas e a ampliação de programas de aprendizagem são essenciais para proteger os adolescentes e garantir seus direitos fundamentais.

O enfrentamento dos determinantes sociais dos acidentes de trabalho exige o envolvimento de diversos atores, incluindo o poder público, a sociedade civil, o setor privado e as famílias. Somente com ações coordenadas e contínuas será possível reduzir a vulnerabilidade dos adolescentes trabalhadores e promover um ambiente de trabalho seguro e digno.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019-2022). Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2019.
- Brasil. Ministério da Saúde. Notificação de violências interpessoais e autoprovocadas. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Boletim do Observatório Social e do Trabalho: O Trabalho Infantil no Estado do Maranhão, 2022.
- Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). O trabalho infantil no Brasil: análise dos microdados da PnadC. Brasília: FNPETI, 2019, 2022.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Escolar de 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema de Indicadores Sociais de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). Convenções 5 (1919), 138 (1973) e 182 (1999). Disponíveis em: <https://www.ilo.org/brasilia>.